

RECURSO ESPECIAL Nº 1.562.009 - SP (2015/0253743-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : HBA HUTCHINSON BRASIL AUTOMOTIVE LTDA
ADVOGADO : PAULO EDUARDO CARNACCHIONI - SP036817
RECORRIDO : KELPEN OIL BRASIL LTDA
ADVOGADO : ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA CÉSAR - SP317885

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Kelpen Oil Brasil LTDA em face de acórdão com a seguinte ementa:

DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO C.C. DANOS MORAIS - Duplicata - Alegação da autora de que os títulos emitidos e protestados pela ré, em voga nos autos, são indevidos, porquanto seus respectivos valores foram ou deveriam ser utilizados para compensar os prejuízos que alega ter sofrido em negociação anterior - Insubsistência - Títulos que tiveram emissão regular, com base em documentos representativos da efetiva prestação de serviços - Impossibilidade de a autora impor à ré a recuperação de suposto dano, ao seu talante, por meio de critérios unilaterais, objetivando sobrepor-se aos princípios que regem o direito cambiário - Exigibilidade das duplicatas mercantis - Reconvenção julgada procedente nesta oportunidade - Sentença que julgou procedente o pedido principal e a cautelar reformada - Recurso provido em parte.

Alega-se violação do artigo 397 do Código Civil sob o argumento de que a correção monetária e os juros de mora incidem desde o inadimplemento da obrigação e não da citação para o processo, como determinaram as instâncias ordinárias.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

O Tribunal local deu parcial provimento ao recurso de apelação para julgar parcialmente procedente a reconvenção aforada pela recorrente, determinando que as quantias cobradas deveriam ser "corrigidas monetariamente a partir do ajuizamento da reconvenção e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir desta decisão" (e-STJ, fl. 209).

Tratando-se, de fato, de obrigação líquida, certa e exigível, vencem juros

Superior Tribunal de Justiça

de mora e corre a atualização monetária desde o seu vencimento.

Assim:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. OBRIGAÇÃO COM PRAZO DE VENCIMENTO CERTO. MORA EX RE. ART. 397 DO CC/2002. DECISÃO MANTIDA.

1. "Os juros moratórios correm a partir da data do vencimento da dívida, quando esta for líquida e com vencimento certo, não interferindo na data de início da fluência o fato de sua cobrança ocorrer por meio de ação monitória. Precedente" (AgRg no AREsp 572.243/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/4/2018, DJe 4/5/2018).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1264181/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 2/8/2018, DJe 9/8/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO MONITÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL - IRRESIGNAÇÃO DO RÉU.

1. Possibilidade de o Tribunal de origem, no exercício do juízo de admissibilidade, denegar o processamento do apelo extremo com fundamento na ausência de contrariedade ou negativa de vigência à lei federal, sem incorrer em usurpação de competência do STJ. Incidência da Súmula 123/STJ.

2. Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, a ação monitória fundada em título de crédito prescrito está subordinada ao prazo prescricional de 5 (cinco) anos de que trata o artigo 206, § 5º, I, do Código Civil. 2.1. A reforma do acórdão recorrido, no sentido de se entender pela não ocorrência da prescrição para a propositura da ação monitória, porquanto não verificado o transcurso de 5 (cinco) anos entre a emissão das duplicatas e o ajuizamento da demanda, encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que a correção monetária incide para manutenção do poder aquisitivo, motivo pelo qual, o termo inicial, na ação monitória, é a data do vencimento do título, a fim de não gerar um enriquecimento da parte contrária.

Superior Tribunal de Justiça

4. O enunciado sumular nº 83/STJ também é aplicável aos recursos interpostos com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, segundo jurisprudência do STJ.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 679.160/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 28/3/2017, DJe 4/4/2017)

Diante do exposto, conheço e dou provimento ao recurso especial para declarar que os juros de mora e a correção monetária devem incidir desde o inadimplemento da obrigação.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

